

RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2015

ABRIL 2016

ÍNDICE

		Página
1.	INTRODUÇÃO	3
2.	SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	6
3.	RELATÓRIO E CONTAS	14
	3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	14
	3.2. CONTA DE GERÊNCIA	23
	3.3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
	3.3.1. CONTA DE RESULTADOS	24
	3.3.2. BALANÇO	26
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório procede à síntese dos elementos contabilísticos referentes ao ano de 2015, apresentando igualmente um resumo das atividades desenvolvidas. No plano financeiro concede-se primazia à abordagem dos aspetos relacionados com a execução orçamental, com a conta de gerência, com a demostração de resultados e com o balanço.

Durante o período em apreço, os órgãos sociais da ESHTE registaram a seguinte composição:

Conselho Geral Presidente	Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras
Presidente	Raúl Manuel das Roucas Filipe
Vice-Presidente	José Sancho de Sousa e Silva (de 5 de novembro até 31 dezembro) Carlos Fernando Santiago Neto Brandão (de janeiro até 4 de novembro)
Administrador	Vítor Manuel Pereira de Andrade
Conselho de Gestão	
Presidente	Raul Manuel das Roucas Filipe
Vogal	José Sancho de Sousa e Silva (de 5 de novembro até 31 dezembro) Carlos Fernando Santiago Neto Brandão (de janeiro até 4 de novembro)
Vogal	Vítor Manuel Pereira de Andrade
Vogal	António Manuel Henrique Fernandes
Vogal	Carlos Manuel Torres
Conselho Técnico-Científico Presidente	Jorge Manuel Rodrigues Umbelino
Conselho Pedagógico Presidente	Francisco António dos Santos Silva

Por outro lado, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "António Borges & Associados, SROC", com inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 69, pessoa coletiva n.º 502287934, com sede profissional na Rua Prof. Fernando da Fonseca, n.º 10 A, Esc. 6, 1600-618 Lisboa, manteve-se como fiscal único da ESHTE. Na sequência do Despacho n.º 9329/2014 dos Ministérios das Finanças e Educação e Ciência, publicado no Diário da República, 2.º série — N.º 137 — 18 de julho de 2014.

Importa relevar, desde já, a consolidação em 2015 dos resultados económico-financeiros da Escola. Em 31.12.2013, a ESHTE transitou resultados transitados líquidos negativos que se cifravam nos - 900, 6 mil Euros. Em 31.12.2014, este valor desceu para - 348,3 mil Euros e no

final do ano de 2015, a recuperação foi totalmente alcançada, com os resultados líquidos do exercício a atingirem 1167,3 mil Euros.

Assinale-se que, pela primeira vez desde que existe contabilidade organizada na ESHTE em conformidade com o POC – Educação, a Escola passou a evidenciar fundos próprios positivos (1148,1 mil Euros). Como já foi demonstrado em sede do Conselho Geral, a ESHTE seria provavelmente um dos poucos Politécnicos com fundos próprios negativos, já que não dispõe de património próprio ao nível de instalações.

Por outro lado, importa não omitir que a dimensão dos resultados negativos acumulados (até 2013) foi fortemente criticada pela tutela e utilizada como argumento justificativo para uma eventual integração imediata e compulsiva, caso a situação não se invertesse.

Observa-se assim que as medidas tomadas pela Presidência e pelo Conselho de Gestão da ESHTE no sentido de garantir a consolidação das receitas próprias da instituição e um maior controlo sobre as despesas da instituição, resultaram em absoluto. Com efeito, não foram alheios a estes resultados a introdução de mecanismos de maior rigor e equilíbrio nas contas da instituição, a par com o reforço da utilização de instrumentos adequados ao nível dos sistemas administrativo, financeiro e documental.

Assinale-se que esta opção em nada prejudicou o desempenho da ESHTE ao nível da sua atividade corrente, como gerou, em alternativa, a possibilidade de se concretizarem um conjunto de investimentos estruturantes em áreas relacionadas sobretudo com a informática, com o apoio à investigação dos docentes e com melhorias nas salas de aulas e áreas técnicas.

Com efeito, a Presidência da Escola não podia ignorar que as últimas auditorias efetuadas pela Inspeção Geral do Ensino e da Ciência (IGEC) e pelo Tribunal de Contas (TC) abordaram esta problemática, referindo a inexistência de um sistema de informação minimamente eficaz, com reflexos na dificuldade em se possuir uma gestão financeira adequada.

Assim, efetuou-se um esforço significativo para se dar observância às recomendações formuladas pela IGEC, TC e Fiscal Único, nomeadamente, as relacionadas com a utilização e controlo das verbas do Fundo de Maneio, a utilização do Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP) para o desencadeamento dos procedimentos de aquisições de bens e serviços, a explicitação no processo documental de cada componente cabimentada, o cumprimento das

normas de aquisição do sector público para as compras de matérias-primas, a melhoria no acompanhamento da execução de protocolos com terceiros e a monitorização mais documentada da execução orçamental em cada período.

Paralelamente, a Presidência e o Conselho de Gestão da ESHTE desenvolveram todos os esforços para garantir os níveis desejáveis de equilíbrio orçamental, na linha do controlo implementado a partir do último trimestre de 2013. Do ponto de vista orçamental e financeiro verificou-se que a gestão decorreu em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos e com grande preocupação pelo cumprimento das normas em vigor e com um rigoroso controlo interno na utilização adequada dos recursos financeiros existentes.

A incidência destes aspetos, o acompanhamento atento de todos os procedimentos e processos por parte da Divisão dos Serviços Financeiros e Administrativos da ESHTE e a base de diálogo estabelecida com a empresa responsável pela contabilidade, com o Fiscal Único, com a Direção-Geral do Orçamento e com a Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência, foram fatores determinantes que contribuíram fortemente para os resultados positivos observados em 2015, como seguidamente se demonstrará.

Releva-se igualmente o acompanhamento atento e sistemático que o Conselho de Gestão dedicou à monitorização da execução orçamental em 2015, bem como o controlo efetivo em relação à evolução dos dados contabilísticos.

Como apontamento adicional, refira-se ainda que a ESHTE possuía o seu sistema de contabilidade assente no produto informático ERP Primavera AP, o qual correspondeu às necessidades dos serviços. Contudo, registou-se a evolução da aplicação para uma nova versão – ERP Primavera Public Sector – pelo que se revelou imperioso assegurar a migração do sistema. Esta transição foi concretizada em Outubro de 2015, sem quebras ao nível da utilização do sistema.

2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Neste capítulo procede-se a uma súmula das atividades desenvolvidas, reproduzindo-se um excerto do Relatório de Atividades de 2015, o qual constitui uma peça autónoma, tal como preconiza a legislação sobre esta matéria.

O cruzamento dos estatutos da ESHTE com as orientações predominantes do PEMP (Plano Estratégico de Médio Prazo 2014/17) evidencia que a ESHTE possui as suas linhas de intervenção devidamente demarcadas, quer no plano geral da sua atividade, quer no prisma operacional dos programas e ações a realizar.

Assim, no contexto genérico, enfatiza-se que o foco da sua linha de atuação visa o reforço permanente da sua oferta formativa graduada, sem prejuízo de se desenvolverem intervenções complementares em domínios importantes, tais como: o ensino e a formação em turismo de cariz profissional e profissionalizante; a investigação científica, fundamental e aplicada; a prestação de serviços à comunidade e às empresas turísticas; e, o fomento da génese e da sustentabilidade empresarial ligada ao setor turístico.

Ao nível da estratégia geral da Escola, a atual presidência da Escola estabeleceu dois domínios diferenciados de atuação. Um primeiro, de caráter estruturante, que se foca numa dimensão estratégica transversal e integrada, a qual procura criar as condições para a ESHTE consolidar a sua posição no contexto nacional do ensino superior do turismo em Portugal e evoluir progressivamente no sentido de uma escola de referência internacional.

No segundo domínio, direcionado para a dimensão operacional e identitária da Escola, pretende-se conjugar a intervenção em áreas críticas do funcionamento da instituição, abrangendo as vertentes de caráter institucional, de ensino e organização académica, dos serviços e dos funcionários, dos alunos, da comunicação e da imagem, da comunidade interna e externa, da solidariedade e da responsabilidade social e ambiental.

Perante este enquadramento, o Plano de Atividades para 2015, apreciado favoravelmente pelo Conselho Geral de 13 de outubro de 2014, incluía 24 atividades, as quais se encontravam repartidas por 95 ações devidamente cruzadas com os 14 programas que constam do Plano de Médio Prazo 2014/17 e que a seguir se recapitulam (ver Quadro 1).

Quadro 1 Eixos estratégicos - Programas

Dimensão estratégica transversal e integrada

Objetivo: Consolidação da ESHTE no contexto do ensino superior do turismo em Portugal e evolução para uma escola de referência internacional.

- ✓ Programa 1 Posicionamento institucional no quadro do ensino superior público;
- ✓ Programa 2 Campus escolar e instalações;
- ✓ Programa 3 Sustentabilidade económico-financeira;
- ✓ Programa 4 Modernização, qualificação e extensão dos cursos e programas;
- ✓ Programa 5 Qualificação do corpo docente;
- ✓ Programa 6 Desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada;
- ✓ Programa 7 Internacionalização.

Dimensão operacional e identitária da Escola

Objetivo: Integração dos vetores subjacentes às intervenções em áreas críticas do funcionamento da instituição.

- ✓ Programa 8 Dimensão institucional;
- ✓ Programa 9 Ensino e organização académica;
- ✓ Programa 10 Serviços e funcionários não docentes;
- ✓ Programa 11 Alunos;
- ✓ Programa 12 Comunicação e imagem;
- ✓ Programa 13 Comunidade interna e externa;
- ✓ Programa 14 Solidariedade e responsabilidade social e ambiental.

Fonte: Produção própria

De forma a se possuir uma perspetiva integrada das atividades desenvolvidas em 2015, bem como do seu grau de concretização face à programação existente, importa proceder a uma leitura de conjunto, devidamente suportada em quadros que sintetizam o balanço da situação.

Assim, chama-se a atenção para o Quadro 2, inserto na página seguinte, o qual contextualiza o ano de 2015 no enquadramento geral ditado pelo PEMP 2014/17, em termos de ações calendarizadas por programas.

Conforme se pode observar, das 96 ações definidas no PEMP estabeleceu-se que 95 teriam concretização em 2015, o que confere ao ano agora em apreço um papel determinante na consecução do planeamento definido até 2017.

Quadro 2
N.º de ações previstas por programa

Eixos estratégicos	Programas	N.º Ações	previstas
		2014/17	2015
Dimensão estratégica	Posicionamento institucional no quadro do ensino superior público	5	5
transversal e integrada	Campus escolar e instalações	7	6
	Sustentabilidade económico-financeira	6	6
	Modernização, qualificação e extensão dos cursos e programas	6	6
	Qualificação do corpo docente	5	5
	Desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada	8	8
	Internacionalização	9	9
	Subtotal	46	45
Dimensão operacional e	Dimensão institucional	8	8
identitária da Escola	Ensino e organização académica	7	7
	Serviços e funcionários não docentes	4	4
	Alunos	8	8
	Comunicação e imagem	8	8
	Comunidade interna e externa	8	8
	Solidariedade e responsabilidade social e ambiental	7	7
	Subtotal	50	50
Total geral		96	95

Passando ao confronto entre o programado e o executado em 2015, construíram-se os Quadros 3 e 4, os quais permitem aferir os desvios verificados em cada ação, cuja menção qualitativa já tinha sido efetuada no capítulo anterior deste relatório e que foi devidamente complementada através da introdução das tabelas-resumo que constam dos Anexos 1 a 14.

Para facilitar a visualização dos desvios ocorridos, introduziu-se uma escala de avaliação cromática, comportando 4 situações:

Ações com desvios muito significativos ;
Ações com desvios significativos ;
Ações com desvios menores ;
Ações concluídas sem desvios .

Quadro 3 Grau de concretização das ações previstas para 2015 Dimensão estratégica transversal e integrada

	Códigos	isao estrategica transversare integrada	Grau de concretização das ações					
Atividade 2015	PEMP (2014/17)	Ações .	(A)	(B)	(C)	(D)		
	A1.1	Integração em instituição universitária de grande dimensão						
	A1.2	Integração num consórcio de estabelecimentos de ensino superior						
1. Estabilização do posicionamento institucional da ESHTE	44.2	Manutenção da situação atual de Escola não integrada, mas com valências						
	A1.3	acrescidas no sistema vertical do ensino do turismo						
	A1.4	Integração forçada e não negociada em instituição de ensino superior politécnico						
2. Início do processo de revisão dos estatutos da Escola	A1.5	Revisão dos estatutos da Escola						
3. Gestão do Campus Escolar	A2.1	Novo modelo gestionário do espaço e das instalações						
3. Gestao do Campus Escolar	A2.7	Articulação com o Turismo de Portugal (Modelo atual)						
	A2.3	Recuperação e adaptação de instalações internas e externas à Escola						
A Malharia das instalações a sociar assatas afetas à FCUTE	A2.4	Reparação e renovação de equipamentos nas áreas técnicas de cozinha						
4. Melhoria das instalações e equipamentos afetos à ESHTE	A2.5	Apetrechamento das áreas laboratoriais						
	A2.6	Melhoria das instalações ocupadas pelos docentes						
	A3.1	Ampliação das receitas próprias da Escola						
5. Otimização de mecanismos financeiros e administrativos	A3.3	Revisão dos mecanismos de aprovisionamento ao nível do F&B						
	A3.5	Reforço da componente de gestão e de administração						
	A3.2	Criação e monitorização de um sistema contabilístico por centros de custo						
6. Operacionalização de instrumentos de monitorização	A3.4	Criação e monitorização de um sistema de informação de apoio à gestão						
financeira	A3.6	Divulgação regular do relatório de execução orçamental						
	A4.1	Reestruturação e ampliação da oferta formativa graduada da ESHTE						
	A4.2	Formação profissional não graduada						
	A4.3	Alargamento progressivo da oferta formativa em língua inglesa						
7. Adequação da oferta formativa	A4.4	Atividade educativa à distância						
	A4.5	Reforço dos estágios profissionais nas empresas						
	A4.6	Cursos técnicos superiores profissionais						
	A5.1	Reforço de doutorados e especialistas com currículo adequado						
8. Reforço da especialização do corpo docente	A5.2	Sistema de avaliação de professores						
	A5.5	Integração no corpo docente de personalidades de relevo						
	A5.3	Elaboração de protocolos com empresas do sector para estágios de docentes						
9. Aproximação do corpo docente ao <i>trade</i>	A5.4	Desenvolvimento de eventos técnicos e científicos por parte dos docentes						
	A6.1	Reforço da investigação científica no quadro da FCT						
	46.2	Compilação de oportunidades de financiamento de projetos através de programas						
10. Organização da investigação	A6.2	nacionais e comunitários						
	A6.3	Base de dados de investigadores da ESHTE						
	A6.4	Estudo da possibilidade de criação de um Centro de Investigação Aplicada						
	A6.5	Investigação e Publicação						
11. Fomento e divulgação da investigação	A6.6	Revista científica <i>on line</i>						
11. Formento e divulgação da investigação	A6.7	Plataforma de divulgação da produção científica						
	A6.8	Organização de uma conferência internacional anual com a marca ESHTE						
	A7.1	Reforço das relações institucionais e funcionais com os países lusófonos						
	A7.2	Cooperação com Moçambique						
12 Peferco da conperação internacional	A7.3	Cooperação com Cabo Verde						
12. Reforço da cooperação internacional	A7.5	Internacionalização das ofertas formativas						
	A7.4	Intercâmbios ERASMUS						
	A7.7	Captação de alunos internacionais, com oferta de programas em inglês						
13 Ontimização do organização interna de como o	A7.6	CLIC-ESHTE						
13. Optimização da organização interna da cooperação internacional	A7.8	Base de dados de escolas de turismo ao nível internacional						
Internacional	A7.9	Ações de formação em língua inglesa						

Fonte: Produção própria

Quadro 4
Grau de concretização das ações previstas para 2015
Dimensão operacional e identitária da Escola

	Códigos		Grau de concretização das ações					
Atividade 2015	PEMP (2014/17)	Ações	(A)	(B)	(C)	(D)		
	A8.1	Conceção de um programa de ações que reforcem os valores da Escola e a sua						
14. Reforço da vertente endógena da instituição	A8.2	cultura académica Relançamento do sistema de gestão de qualidade						
	A8.3	Celebração dos 25 anos da ESHTE						
	A8.4	Participação nas reuniões do CCISP e da Organização Mundial do Turismo						
		Operacionalização de uma estrutura associada à inovação empresarial e						
15. Potenciação do posicionamento institucional na	A8.5	empreendedorismo						
perspetiva exógena	A8.6	Apoio à Associação de Antigos Alunos						
	A8.7	Escola de Verão Internacional						
	A8.8	Reforço da ligação entre o ensino secundário/profissional e a ESHTE						
	A9.1	Renovação dos materiais de divulgação da Instituição e dos cursos						
	A9.2	Criação de um regulamento académico						
16. Melhoria na prestação dos serviços de suporte académico	A9.6	Introdução do programa de produção de horários						
	A9.5	Conceção e implementação de um sistema de monitorização dos cursos						
	A9.7	Candidaturas aos cursos da ESHTE						
17. Certificação dos cursos graduados da ESHTE	A9.3	Renovação da certificação TEDQUAL						
	A9.4 A10.1	Acreditação de ciclos de estudos junto da A3ES Sistema de Gestão Documental e Workflow						
	A10.1							
18. Otimização do funcionamento dos serviços e valorização		Reorganização dos espaços físicos destinados aos Serviços Operacionais Concessão de oportunidades aos funcionários não docentes para participarem em						
dos recursos humanos não docentes	A10.3	cursos de formação adequados						
	A10.4	Criação de um manual de procedimentos internos para os serviços, de forma a						
	A10.4	definir com precisão os mecanismos formais de articulação e de âmbito						
	A11.1	Articulação de atividades conjuntas com as estruturas representativas dos alunos						
	A11.2	Desenvolvimento de esforços para minimizar os efeitos do fecho da cantina à						
	A11.3	noite Criação de um serviço de reprografia adequado						
Molhoria da catisfação dos clientes (alunos)	A11.3	Angariação e facilitação de estágios profissionais						
19. Melhoria da satisfação dos clientes (alunos)	A11.5	Melhoria das instalações disponíveis para estudo						
	A11.6	Utilização da biblioteca						
		Bolsa de Mérito						
	A11.8	Apoio a projetos dos alunos						
		Site da ESHTE na Internet, redes sociais e uniformização de assinaturas						
	A12.1	institucionais						
	A12.2	Versão em línguas estrangeiras do website da Escola						
20. Otimização dos canais de comunicação <i>on line</i>	A12.3	Revisão de conteúdos do Site da ESHTE						
	A12.4	Disponibilização de formulários académicos no website da Escola						
	A12.5	Criação de uma Newsletter institucional						
	A12.8	Sistema de encaminhamento de chamadas						
21. Promoção de visitas selecionadas à ESHTE	A12.6	Visitas educativas à ESHTE						
21. Homoção de Visitas serecionadas a Estite	A12.7	Rede de eventos na ESHTE						
	A13.1	Reforço da coesão interna entre os vários órgãos da ESHTE						
	A13.2	Operacionalização efetiva do Conselho Consultivo						
22. Reforço das ligações entre a comunidade interna		Artigos de opinião dos docentes da ESHTE						
	A13.4	Potenciação do observatório permanente da empregabilidade e da situação						
	A13.5	profissional dos diplomados da ESHTE Código de Ética		 				
	A13.6	Alargamento dos colégios eleitorais						
23. Aprofundamento das ligações com a comunidade externa	A13.7	Museu Virtual do Turismo (MUVITUR)						
	A13.8	Intensificação das relações com os stakeholders						
	A14.1	Promoção do projeto ESHTE SolidAct						
	A14.2	Responsabilidade social e ambiental						
		Turismo voluntário						
24. ESHTE solidária e responsável	A14.4	Articulação com instituições de solidariedade social						
	A14.5	Apoio a alunos carenciados		t				
	A14.6	Oferta de transportes para a Escola		t				
1	A14.7	Boas práticas ambientais				 		

A análise agregada dos níveis de concretização das ações pode ser facilitada através da leitura do Quadro 5, inserto na página seguinte, onde se compara o desempenho de 2015 com o observado nos dois anos anteriores.

Quadro 5
Grau de concretização das ações

	201	5	2014		201	13	
	N.º ações	%	N.º	%	N.º	%	
	IV ações	Total	ações	Total	ações	Total	
Ações abandonadas	-	-	-	-	1	1,7	
Ações com desvios muito significativos	7	7,4	3	5,8	9	15,8	
Ações com desvios significativos	13	13,7	7	13,5	12	21,1	
Ações com desvios menores	23	24,2	14	26,9	9	15,8	
Ações sem desvios	52	54,7	28	53,8	26	45,6	
Total	95	100,0	52	100,0	57	100,0	

Conforme se pode constatar, as ações totalmente realizadas representaram 54,7% do total, contra 53,8% em 2014 e 45,6% em 2013; por outro lado, se adicionarmos as ações com desvios menores, o grau de concretização sobe para 78,9%, o que não deve ser comparado diretamente com os anos anteriores, já que o total de linhas de ação previstas para 2015 superou significativamente o dos anos precedentes.

Tenha-se igualmente em atenção que a maioria das ações com desvios significativos ou muito significativos inserem-se no horizonte de concretização global até ao horizonte de 2017, pelo que poderiam ter sido pontuadas com um critério menos apertado. Por outro lado, consideraram-se todas as ações como de igual importância no desempenho final, o que não se compagina com a realidade, já que existiram programas de prioridade máxima para o ano de 2015 (como, por exemplo, a sustentabilidade económico-financeira), onde não se registaram desvios significativos em nenhuma das ações definidas.

Importa sublinhar que as atividades concretizadas em 2015 subordinam-se a uma lógica de integração no Plano Estratégico de Médio Prazo 2014/17, o qual constitui a referência de fundo para a concretização do objetivo principal que reside na consolidação da posição da ESHTE no contexto do ensino superior do turismo em Portugal e como uma escola de referência internacional.

Neste contexto, o contributo facultado pelo exercício de 2015 foi positivo na maioria dos eixos atrás identificados, já que a Escola revelou capacidade para resolver os seus problemas endógenos, com particular destaque para a inversão da situação financeira da instituição, a qual

se encontra agora em patamares favoráveis. Esta realidade ajuda a combater a argumentação para um eventual integração não negociada da ESHTE, além de permitir a necessária estabilização para dinamizar outros programas ou linhas de intervenção.

Em contrapartida, no plano exógeno, particularmente no que concerne ao poder político, temse arrastado uma decisão de fundo sobre as instalações e o posicionamento institucional da ESHTE. No caso desta última matéria, a ESHTE reconhece as desvantagens decorrentes da integração forçada e não negociada em instituição de ensino superior, pelo que tem promovido um conjunto de contactos, não só com a tutela, mas também, nomeadamente, com o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, a Câmara Municipal de Cascais, a Universidade de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa.

Paralelamente, a coabitação entre a ESHTE e Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril (pertencente à rede do Turismo de Portugal) nas instalações do Campus Escolar, apesar do entendimento e da vontade de cooperação entre os seus responsáveis, não tem evitado a existência de constrangimentos logísticos que impedem o desenvolvimento de ações prioritárias.

Também no que respeita a esta temática, a Presidência da ESHTE tem-se desdobrado em contactos com os responsáveis do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Secretaria de Estado do Turismo, do Turismo de Portugal – IP e da Câmara Municipal de Cascais. Por várias vezes, a solução pareceu estar à vista, mas devido a fatores vários, tem sido protelada uma decisão definitiva sobre este assunto. A abertura evidenciada até ao momento pela nova equipa governativa deixa antever algum interesse na resolução deste constrangimento.

Por outro lado, existem um conjunto de investimentos que têm que ser efetuados com urgência e que só a indefinição sobre o futuro da Escola do Turismo de Portugal impediu a concretização, em 2015, de um programa de melhorias significativas no Campus, ao nível da área exterior, das infraestruturas, dos edifícios e das áreas técnicas. A Presidência da ESHTE estará particularmente a esta matéria e disponível para apresentar um projeto específico para o efeito, devidamente orçamentado ao nível das várias componentes de intervenção, de forma a demonstrar à tutela que a reintegração do saldo orçamental em 2016 será canalizada para obras inadiáveis e prioritárias.

Para se concluir este ponto do presente relatório, revela-se aconselhável abordar a evolução da oferta formativa da ESHTE, bem como os níveis de procura registados. No fundo, a razão da existência da Escola consubstancia-se na prestação de um serviço especializado aos seus clientes, neste caso concreto, tendo como destinatários os alunos da instituição.

Assim, sublinha-se que a ESHTE ministrou, no último ano letivo, nove cursos de Licenciatura: Direção e Gestão Hoteleira (diurno e pós-laboral); Gestão do Lazer e Animação Turística (diurno e pós-laboral); Gestão Turística (diurno); e, Produção Alimentar em Restauração (diurno e pós-laboral).

Por outro lado, ministrou cinco cursos de Mestrado, todos em regime pós-laboral: Gestão Hoteleira; Segurança e Qualidade Alimentar na Restauração; Inovação em Artes Culinárias; Turismo (dividido em três ramos de especialização: Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura e Gestão Estratégica de Eventos); e, Turismo e Comunicação (em conjunto com o Instituto de Gestão e Ordenamento do Território e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Paralelamente, a ESHTE lecionou, em parceria com o Instituto de Gestão e Ordenamento do Território, um curso de Doutoramento em Turismo, além de também ter realizado vários cursos de formação avançada, muitos dos quais em paralelo aos Mestrados.

No que concerne à evolução da procura, atingiram-se níveis muito favoráveis no ano letivo 2015/16. Assim, e como demonstra o Quadro 6, reproduzido na página seguinte, a procura foi muito superior às vagas disponibilizadas, inclusive nos cursos em regime noturno. Com efeito, obteve-se, em média, um rácio de 3,9 candidatos para cada lugar efetivamente ocupado (1.ª fase), sendo que esta capitação atingiu um valor particularmente dilatado no caso dos cursos diurnos de GT (6,80), DGH (6,45) e no curso noturno de GT (3,96).

Por outro lado, no domínio dos Mestrados e do Doutoramento (parceria com o IGOT da Universidade de Lisboa), a procura situou-se igualmente em patamares elevados. Ressalte-se que, ao nível dos Mestrados, a ESHTE possuía no ano letivo 2015/16 um número record de 331 alunos.

Acrescente-se ainda que, segundo os dados do anterior Ministério da Educação e Ciência, a ESHTE possuía um índice de empregabilidade de 95,4%, o que a coloca, ao nível geral, entre as seis instituições de Ensino Superior em Portugal com melhores resultados neste domínio.

3. RELATÓRIO E CONTAS

À semelhança do verificado nos dois anos anteriores, a conta de gerência e demais peças finais de prestação de contas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da ESHTE, mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria nº. 794/2000, de 20 de Setembro.

A elaboração das demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência e da materialidade, no pressuposto da continuidade das operações.

A análise efetuada no âmbito deste Relatório incidiu sobre a análise à execução orçamental e às demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) previstas no POC – Educação, tendo-se utilizado técnicas de análise comparativa e de apreciação de rácios no caso das demonstrações financeiras.

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No cômputo geral do ano de 2015, a despesa paga cifrou-se em 5.364,0 mil Euros, o que ficou aquém do orçamento global disponível em cerca de 19,1% (6.634,2 mil Euros). Se retirarmos o efeito da integração de saldos (6.064,4 mil Euros), a execução sobe para 89,1%, valor este muito penalizado pela baixa execução detetada no programa ERASMUS (47,1%), a qual se encontra associada ao facto da ESHTE ter assumido a gestão da componente financeira, com efeitos ao nível das verbas recebidas e do diferimento temporal para concretizar as transferências para os parceiros do projeto. O Quadro 5 confronta a evolução verificada para o último quadriénio:

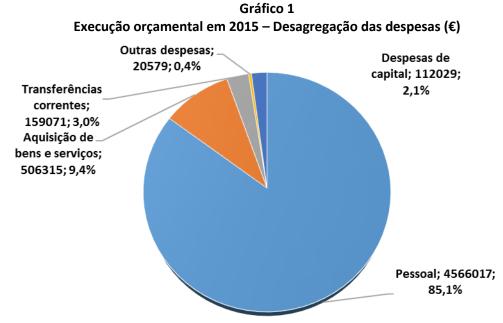
Quadro 5
Execução orçamental da despesa (em euros)

		2015		2014				2013		2012			
		2015			2014			2013			2012		
Tipos	Orçamento	Execução	%										
	Corrigido	anual	Execução										
Pessoal	5316482	4566017	85,9%	5058254	4797174	94,8%	5112438	4944512	96,7%	4423642	4346996	98,3%	
Aquisição de bens e serviços	786485	506315	64,4%	646351	537335	83,1%	1022107	833576	81,6%	893827	708526	79,3%	
Transferências correntes	341383	159071	46,6%	203295	127243	62,6%	190772	162140	85,0%	135736	109237	80,5%	
Outras despesas	24450	20579	84,2%	2200	1210	55,0%	9500	7938	83,6%	6500	6442	99,1%	
Despesas de capital	165399	112029	67,7%	111500	55201	49,5%	89000	73182	82,2%	96775	88856	91,8%	
Total	6634199	5364011	80,9%	6021600	5518163	91,6%	6423817	6021348	93,7%	5556480	5260057	94,7%	

Fonte: Produção própria

Conforme se pode observar, a despesa concretizada em 2015 baixou 3,8% em relação à observada em 2014, o que reflete não só a preocupação da Presidência em matéria de gestão financeira face à situação de forte acumulação de resultados transitados negativos no triénio 2011/13, mas também a impossibilidade prática que impediu a concretização de um programa de investimentos prioritários ao nível do Campus Escolar, conforme se explicou no ponto 2 do presente relatório.

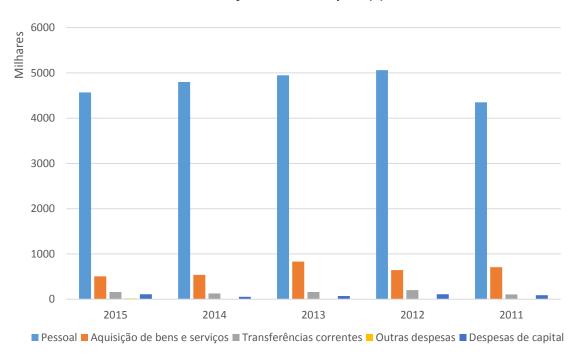
Por outro lado, a desagregação das despesas pagas pelas diferentes tipologias seguiu, em 2015, a distribuição que consta do Gráfico 1, abaixo reproduzido.



Fonte: Produção própria

Conforme se pode observar, as despesas com o pessoal preencheram 85,1% do total, seguindose a aquisição de bens e serviços com 9,4%. Estes resultados surgem dentro da lógica observada em anos anteriores, como decorre da visualização do Gráfico 2, inserido na página seguinte.

Gráfico 2 Execução anual da despesa (€)



Voltando à comparação da despesa paga nos últimos dois anos, saliente-se que a evolução para os principais agregados foi a seguinte:

Quadro 6 Evolução da despesa paga – Variações % (2015/14)

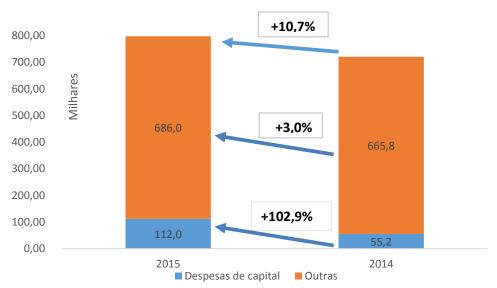
•	Jao aa acsbesa ba8a Tarras	000 /0 (-0-
	Pessoal	-4,8%
	Aquisição de bens e serviços	-5,8%
	Transferências correntes	25,0%
	Outras despesas	1600,7%
	Despesas de capital	102,9%
	Total	-2,8%

Fonte: Produção própria

Retirando o efeito dos gastos com pessoal, o total de despesas cifrou-se em 798,0 mil Euros, o que representou um aumento de 10,7% face ao valor correspondente obtido em 2014 (721,0 mil Euros).

Para esta evolução contribuiu fortemente o acréscimo detetado nas despesas de capital, as quais mais que duplicaram em relação a 2014 (+102,9%), consubstanciando sobretudo o esforço de investimento que foi efetuado ao nível dos recursos informáticos da Escola.

Gráfico 3 Evolução das despesas exceto pessoal (€)



É de referir que, no decurso da execução orçamental deste ano, foi possível regularizar todos os pagamentos a docentes e a fornecedores da Escola. A ESHTE procedeu também à entrega integral das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, para a ADSE e para a Segurança Social.

Detalhando o controlo orçamental da despesa por principais rubricas, dentro das tipologias atrás apresentadas, pode-se confrontar a situação para os dois últimos anos, nomeadamente para a despesa paga (ver o Quadro 7, na página seguinte).

Conforme se pode observar, ao nível das despesas de pessoal, detetaram-se reduções ao nível de todas as rubricas consideradas, com exceção do montante respeitante às remunerações do pessoal em regime de tarefa (+0,3%). No cômputo das despesas de pessoal, o decréscimo face ao ano anterior foi de 4,8%, sendo que o grau de execução orçamental de 85,9% se explica pela orçamentação de alguns concursos para o pessoal docente e não docente que não tiveram concretização financeira em 2015. Relembre-se igualmente que a Lei de execução orçamental para 2015 indicava a necessidade de não se ultrapassar a massa monetária do ano anterior ao nível dos encargos com pessoal.

Quadro 7
Controlo orçamental das despesas (€)

			Ano	2015	-		Ano 2014				
	Tipos de despesas	Dotação corrigida	Cativos/ congelamentos	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)	Dotação corrigida	Cativos/ congelamentos	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)		
1. Despesas cor	rentes - Total	6.468.800,00	0,00	5.251.982,37	81,2%	5.910.100,00	0,00	5.462.961,59	92,4%		
1.1. Pessoal	Órgãos sociais	155.293,00	0,00	134.220,21	86,4%	150.463,00	0,00	141.296,80	93,9%		
	Pessoal dos quadros	1.717.139,00	0,00	1.486.252,08	86,6%	1.701.648,00	0,00	1.518.477,51	89,2%		
	Pessoal além dos quadros	1.455.727,00	0,00	1.387.040,41	95,3%	1.440.905,00	0,00	1.423.459,76	98,8%		
	Pessoal em regime de tarefa/avença	102.060,00	0,00	69.908,64	68,5%	71.578,00	0,00	69.669,27	97,3%		
	Subsídios de refeição	117.675,00	0,00	95.067,28	80,8%	99.581,00	0,00	99.580,67	100,0%		
	Subsídio de férias e de Natal	793.090,00	0,00	503.869,80	63,5%	537.738,00	0,00	530.056,42	98,6%		
	Horas extraordinárias	8.000,00	0,00	4.377,91	54,7%	8.050,00	0,00	4.457,88	55,4%		
	Ajudas de custo	10.000,00	0,00	3.997,98	40,0%	10.000,00	0,00	4.955,85	49,6%		
	Colaboração técnica especializada	6.107,00	0,00	2.804,41	45,9%	43.341,00	0,00	43.340,07	100,0%		
	Contribuições ADSE	100,00	0,00	0,64	0,6%	37.759,00	0,00	37.758,53	100,0%		
	Contribuições C.G. Aposentações	586.850,00	0,00	554.238,89	94,4%	590.685,00	0,00	587.668,69	99,5%		
	Contribuições Segurança Social	278.929,00	0,00	268.927,69	96,4%	272.309,00	0,00	272.308,94	100,0%		
	Outras despesas	85.512,00	0,00	55.311,33	64,7%	94.197,00	0,00	64.143,64	68,1%		
	Total	5.316.482,00	0,00	4.566.017,27	85,9%	5.058.254,00	0,00	4.797.174,03	94,8%		
1.2. Aquisição	Matérias-primas e subsidiárias	135.800,00	0,00	70.524,72	51,9%	99.800,00	0,00	95.855,23	96,0%		
de bens e	Alimentação - Refeições confeccionadas	19.500,00	0,00	12.231,96	62,7%	18.500,00	0,00	14.268,00	77,1%		
serviços	Limpeza e higiene	48.600,00	0,00	36.124,03	74,3%	37.000,00	0,00	34.282,98	92,7%		
	Conservação de bens	12.000,00	0,00	6.351,75	52,9%	9.000,00	0,00	7.824,63	86,9%		
	Hardware informático	20.300,00	0,00	7.485,85	36,9%	28.000,00	0,00	18.887,04	67,5%		
	Comunicações móveis	17.500,00	0,00	9.535,25	54,5%	35.000,00	0,00	19.208,36	54,9%		
	Transportes	16.670,00	0,00	8.192,39	49,1%	9.670,00	0,00	7.875,31	81,4%		
	Vigilância e segurança	21.300,00	0,00	15.446,34	72,5%	(a)	0,00	(a)			
	Deslocações e estadas	26.500,00	0,00	15.092,51	57,0%	20.500,00	0,00	19.311,16	94,2%		
	Estudos, pareceres e projectos	38.740,00	0,00	26.607,97	68,7%	32.144,00	0,00	17.223,08	53,6%		
	Seminários	14.800,00	0,00	9.656,11	65,2%	2.150,00	0,00	2.036,47	94,7%		
	Software informático	104.050,00	0,00	101.329,18	97,4%	52.134,00	0,00	52.133,00	100,0%		
	Outros trabalhos especializados	144.551,00	0,00	116.471,99	80,6%	167.857,00	0,00	159.631,04	95,1%		
	Outras aquisições	166.174,00	0,00	71.264,88	42,9%	134.596,00	0,00	88.798,16	66,0%		
	Total	786.485,00	0,00	506.314,93	64,4%	646.351,00	0,00	537.334,46	83,1%		
1.3. Transferên	cias correntes	341.383,00	0,00	159.071,60	46,6%	203.295,00	0,00	127.243,08	62,6%		
1.4. Outras des	pesas correntes	24.450,00	0,00	20.578,57	84,2%	2.200,00	0,00	1.210,02	55,0%		
2. Despesas de	capital - Total	165.399,00	0,00	112.028,79	67,7%	111.500,00	6.250,00	55.200,91	49,5%		
	Equipamento de informática	106.000,00	0,00	89.597,69	84,5%	53.500,00	4.750,00	26.064,48	48,7%		
	Software informático	6.773,00	0,00	0,00	0,0%	30.000,00	0,00	11.445,15	38,2%		
	Equipamento administrativo	11.500,00	0,00	0,00	0,0%	7.500,00	0,00	592,61	7,9%		
	Equipamento básico	41.126,00	0,00	22.431,10	54,5%	20.500,00	1.500,00	17.098,67	83,4%		
Total geral	Despesas correntes e de capital	6.634.199,00	0,00	5.364.011,16	80,9%	6.021.600,00	6.250,00	5.518.162,50	91,6%		

⁽a) - Incluído em "Outros trabalhos especializados", com o valor de 20.910,00 Euros de despesa paga.

No caso das aquisições de bens e serviços, deve-se destacar a redução operada na rubrica de matérias-primas e subsidiárias (-26,4%), o que vem reforçar as vantagens, também no plano financeiro, do novo mecanismo processual existente, o qual está de acordo com as disposições legais e que assenta na base da contratação dos fornecimentos por semestres letivos e não de uma forma casuística.

As verbas inerentes à aquisição de serviços de limpeza e higiene (+5,4%), transportes (+4,0%), estudos, pareceres e projetos (+54,5%), seminários (+374,2%), software informático (+94,4%), mobilidade ERASMUS (+25,0%) revelaram acréscimos face a 2014. No plano das despesas de

capital, cujo valor global duplicou face ao ano anterior (+102,9%), salientem-se os acréscimos observados nas rubricas de equipamento informático (+243,8%) e básico (+31,2%).

Através do Quadro 8, reproduzido seguidamente, comparam-se as fontes de financiamento que suportaram a concretização das despesas.

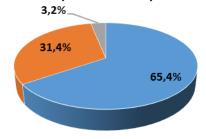
Quadro 8
Controlo orçamental das despesas por fontes de financiamento (€)

•			· •	•						
			Ano	2015		Ano 2014				
	Fontes de financiamento		Cativos/ congelamentos	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)	Dotação corrigida	Cativos/ congelamentos	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)	
311	OE - Verbas não afetas a projetos cofinanciados	3.509.018,00	0,00	3.505.155,18	99,9%	3.556.800,00	0,00	3.556.797,17	100,0%	
311	OE - PIDDAC - Despesas correntes									
311	OE - PIDDAC - Despesas de capital					50.000,00	6.250,00	42.908,90	85,8%	
313	OE - Saldos não afetos a projetos cofinanciados	3.859,00	0,00	3.858,72	100,0%	3.016,00	0,00	0,00	0,0%	
319	OE - Transferências entre organismos	5.000,00	0,00	0,00	0,0%	4.700,00	0,00	0,00	0,0%	
	OE - Total	3.517.877,00	0,00	3.509.013,90	99,7%	3.614.516,00	6.250,00	3.599.706,07	99,6%	
442	Financiamentos da UE - Fundo Social Europeu	8.487,00	0,00	8.485,34	100,0%					
480	Transferências da União Europeia (ERASMUS)	340.953,00	0,00	160.735,60	47,1%	173.560,00	0,00	97.858,08	56,4%	
510	RP - Receita própria do ano	2.289.558,00	0,00	1.208.452,74	52,8%	2.211.276,00	0,00	1.805.296,65	81,6%	
520	RP - Saldos de RP transitados	477.324,00	0,00	477.323,58	100,0%	6.945,00	0,00	0	0,0%	
540	RP - Transferências de RP entre organismos					15.303,00	0,00	15.301,70	100,0%	
	RP - Total	2766882,00	0,00	1685776,32	60,9%	2.233.524,00	0,00	1.820.598,35	81,5%	
	Total geral	6.634.199,00	0,00	5.364.011,16	80,9%	6.021.600,00	6.250,00	5.518.162,50	91,6%	

Fonte: Produção própria

Como ressalta da observação do quadro apresentado, as verbas transferidas do Orçamento do Estado (OE), consignadas na sua totalidade ao pagamento de parte das despesas de pessoal, constituíram invariavelmente a principal fonte de financiamento (65,4% do total em 2015). Tal como decorre da apreciação do Gráfico 4, em 2015, as receitas próprias financiaram em 31,4% do total da despesa paga, enquanto que os fundos comunitários custearam 3,2% do mesmo valor global.

Gráfico 4
Despesa paga por fontes de financiamento em 2015
(em % do total)



- Orçamento do Estado (OE)
- Receitas Próprias (RP)
- União Europeia (UE) Financiamentos Outros

Fonte: Produção própria

Passando à execução da receita, apurou-se que o montante cobrado líquido, em 2015, atingiu 6.780.391,36 Euros, o que constituiu uma subida de 11,6% face ao valor apurado em 2014 (6.075.560,32 Euros).

O Quadro 9, inserto seguidamente, possibilita a comparação entre a receita cobrada líquida e as respetivas previsões anuais, tendo como base comparativa os anos de 2015 e de 2014.

Quadro 9
Controlo orçamental da receita (€)

			2015		2014					
	Origem das receitas	Previsão corrigida	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental (%)	Previsão corrigida	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental (%)			
311	OE - Transferências correntes	3.509.018,00	3.509.018,00	100,0%	3.556.800,00	3.556.800,00	100,0%			
319	Transferências da FCT	5.000,00	0,00	0,0%	4.700,00	0,00	0,0%			
442	Financiamentos da UE - Fundo Social Europeu	8.487,00	8.485,34	100,0%						
480	Transferências da União Europeia (ERASMUS)	264.737,00	264.736,82	100,0%	139.794,00	140.308,43	100,4%			
510	Receitas próprias	2.277.132,00	2.434.718,37	106,9%	2.231.893,00	2.274.775,45	101,9%			
	Propinas	2.001.941,00	2.111.537,89	105,5%	1.951.026,00	1.987.999,44	101,9%			
	Taxas diversas	150.220,00	177.248,00	118,0%	169.095,00	182.147,78	107,7%			
	Multas e outras penalidades	8.602,00	12.539,79	145,8%	8.528,00	7.595,84	89,1%			
	Juros	18,00	31,69	176,1%	18,00	71,98	399,9%			
	Bancos - Transferências correntes	14.500,00	14.000,00	96,6%	500,00	29.750,00	5950,0%			
	Venda de publicações e impressos	6.744,00	5.106,50	75,7%	6.686,00	2.386,41	35,7%			
	Outras vendas	6.621,00	3.459,00	52,2%	6.564,00	5.334,00	81,3%			
	Estudos, pareceres e projectos	4.567,00	0,00	0,0%	928,00	0,00	0,0%			
	Outros serviços	82.910,00	108.760,07	131,2%	84.948,00	56.790,00	66,9%			
	Outras receitas correntes	1.009,00	2.035,43	201,7%	3.600,00	2.700,00	75,0%			
540	IEFP				15.303,00	15.301,70	100,0%			
Receitas o	orrentes - Total	6.064.374,00	6.216.958,53	102,5%	5.948.490,00	5.987.185,58	100,7%			
311	OE - PIDDAC				50.000,00	43.750,00	87,5%			
313	OE - Saldo da gerência anterior	3.859,00	3.858,72	100,0%	3.016,00	3.014,79	100,0%			
480	Saldo orçamental na posse do serviço	76.216,00	76.215,52	100,0%	33.766,00	33.765,17	100,0%			
510	Reposições não abatidas nos pagamentos	12.426,00	6.035,01	48,6%	12.320,00	900,00	7,3%			
520	Saldo orçamental na posse do serviço	477.324,00	477.323,58	100,0%	6.945,00	6.944,78	100,0%			
Receitas d	le capital - Total	569.825,00	563.432,83	98,9%	106.047,00	88.374,74	83,3%			
Total gera	I	6.634.199,00	6.780.391,36	102,2%	6.054.537,00	6.075.560,32	100,3%			

Fonte: Produção própria

Ressalte-se que, em 2015, a receita cobrada líquida superou a previsão orçamental corrigida em 2,2%, tendo contribuído para esta evolução a subida verificada nos montantes das propinas dos alunos (+6,2%), nas transferências da União Europeia (+88,7%) e nos "outros serviços" (+91,5%), incluindo-se nesta última rubrica as transferências efetuadas pela Associação CESTUR e os valores provenientes de protocolos celebrados pela ESHTE.

Assinale-se, igualmente, que o aumento na receita decorrente do recebimento das propinas dos alunos derivou não só da circunstância de no ano letivo 2015/16 terem funcionado em

simultâneo, e pela primeira vez, os dois anos do Mestrado em Gestão Hoteleira, mas também da recuperação observada no montante de propinas em dívida por parte dos alunos.

O Quadro 10, a seguir apresentado, reflete a situação existente, demonstrando que no ano de 2014 foi possível recuperar cerca de 55,1 milhares de Euros respeitantes a dívidas acumuladas até ao ano letivo 2014/15.

Quadro 10 Dívidas dos alunos (€)

		Aman lativan									
		Anos letivos									
	Acumulado até 2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	Total					
Dívidas em 31/12/2015	321712,10	53.825,10	44.750,20	59.388,09	90.262,20	569937,69					
Dívidas em 31/12/2014	327705,30	70142,46	50065,70	68086,81	109083,17	625083,44					
Dívidas recuperadas	-5993,20	-16317,36	-5315,50	-8698,72	-18820,97	-55145,75					

Fonte: Produção própria

Pode-se assim inferir que as iniciativas desencadeadas pela Presidência, para a cobrança dos valores em dívida junto dos alunos, traduziram-se em resultados positivos, apesar do enquadramento socioeconómico ainda permanecer desfavorável às famílias portuguesas.

Termina-se a referência à receita cobrada em 2015, resumindo a desagregação por fontes de financiamento. O Gráfico 5 ilustra precisamente esta ocorrência.

Gráfico 5
Receitas cobradas por origem de fundos em 2015
76215,52; 1% 6035,01; 0% 477323,58; 7%
3858,72; 0% 3509018; 52%

273222,16; 4%

© CE - Transferências correntes
Receitas próprias

Pinanciamentos da UE
OE - Saldo da gerência anterior

Saldo orçamental na posse do serviço - OE
 Reposições não abatidas nos pagamentos

Saldo orçamental na posse do serviço - RP

Fonte: Produção própria

As transferências do Orçamento de Estado (OE) e as receitas próprias proporcionaram no conjunto 87,7% das verbas destinadas ao funcionamento da Escola em 2015, assumindo-se como as fontes determinantes. Assinale-se que com a exclusão das receitas de capital (saldos transitados e reposições não abatidas nos pagamentos), o montante de receitas cobradas fixouse em 6217,0 milhares de Euros, o que superou em 3,8% o montante apurado no ano anterior (5.987,2 milhares de Euros).

O saldo orçamental no ano de 2015 foi de 1.236,2 mil Euros, excluindo a verba na posse dos serviços de 180.216,74 Euros, correspondente ao Programa ERASMUS e destinada a pagar bolsas aos alunos em mobilidade no ano letivo 2014/15.

O saldo atrás referido resultou sobretudo de receitas próprias (1.226,3 mil Euros), pelo que a ESHTE pretende aplicá-lo, em 2016, na concretização de um conjunto de obras inadiáveis ao nível do Campus Escolar, nomeadamente das áreas técnicas, dos equipamentos de suporte, dos laboratórios, das salas de aulas, das instalações dos docentes, entre outras.

Volta-se a enfatizar que estas intervenções estiveram previstas para o último trimestre de 2015, mas atendendo à indefinição sobre o futuro da Escola do Turismo de Portugal que utiliza o mesmo Campus e que detém a gestão das instalações, não foi possível concretizar um conjunto de investimentos essenciais para dar resposta às duas vistorias efetuadas por técnicos da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), as quais apontaram para a necessidade de concretizar um conjunto de intervenções nas instalações e equipamentos afetos à ESHTE, sob pena de se prejudicar gravemente a qualidade do ensino ministrado na Escola.

O processo de transição de saldos tem suporte legal para o efeito, decorrente do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 62/2007 (RJIES). Em termos operacionais, a reintegração de saldos por parte das instituições públicas de ensino superior, pode ser concretizada no âmbito da autonomia das Escolas até ao valor dos descontos efetuados para a Caixa Geral de Aposentações.

Por outro lado, também tem sido prática que a Lei de Execução Orçamental viabilize a possibilidade do Ministério das Finanças aceitar alterações orçamentais devido à integração dos saldos de gerência, mediante a apresentação do necessário programa justificativo.

3.2. CONTA DE GERÊNCIA

A conta de gerência relativa ao período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015 apresentou um volume global de 8.102.906,58 Euros, procedendo-se à sua divulgação no Quadro 11, seguidamente reproduzido. Conforme se pode verificar, o total de recebimentos ocorridos durante o período em apreço (7.545.508,76 Euros) superou os pagamentos efetuados no mesmo intervalo temporal (6.686.526,38 Euros), o que decorre da observância dos aspetos já evidenciados anteriormente.

Quadro 11 Conta de gerência (de 1/1/2015 a 31/12/2015)

Conta de gerencia (de 1/1/20.	13 8 31/12/2013/
	(Em euros)
Saldo da gerência anterior	
De dotações orçamentais (OE)	80074,24
De receitas próprias	477323,58
De investimento no plano	
De operações de tesouraria	
	557397,82
Recebimentos na gerência	
De dotações orçamentais (OE)	3782240,16
De receitas próprias	2440753,38
De investimento no plano	
De operações de tesouraria	1322515,22
	7545508,76
TOTAL RECEBIMENTOS	8102906,58
Pagamentos na gerência	
De dotações orçamentais (OE)	3678234,84
De receitas próprias	1685776,32
De investimento no plano	1003770,32
De operações de tesouraria	1322515,22
De operações de tesodiaria	6686526,38
Salda para a garância caguinto	0000320,38
Saldo para a gerência seguinte De dotações orçamentais (OE)	184079,56
De receitas próprias	1232300,64
De investimento do plano	1252500,04
De operações de tesouraria	
De operações de tesouraria	1416300 30
TOTAL BACANGNITOS	1416380,20
TOTAL PAGAMENTOS	8102906,58

Fonte: Produção própria

Confirma-se igualmente que o saldo a transferir para a gerência seguinte assenta sobretudo em receitas próprias, considerando-se na verba, que consta do quadro anterior, a componente ligada às transferências comunitárias correspondentes à gestão do Programa ERASMUS.

3.3. ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período entre 1/1 e 31/12/2015 foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC-Educação), apresentando-se seguidamente uma breve análise da Conta de Resultados e do Balanço.

3.3.1. CONTA DE RESULTADOS

No final do ano de 2015, a ESHTE obteve resultados correntes positivos de 1.169.324,34 Euros, fruto de resultados operacionais positivos de 1.169.251,42 Euros e de resultados financeiros, igualmente positivos, de 72,92 Euros. Deste modo, o resultado líquido do exercício foi de 1.167.632,01 Euros, o que constituiu um valor que consolida a inversão de resultados obtidos em 2014 (550.483,96 Euros), ano este em que se rompeu com a tendência de resultados invariavelmente negativos do passado (em 2013, o prejuízo do exercício foi de 53.846,77 Euros, enquanto que em 2012 ascendeu a 303.562,84 Euros).

A formação dos Proveitos e Ganhos Operacionais aparece resumida no Quadro 12, abaixo incluído, podendo observar-se que em termos estruturais, a alteração mais evidente em 2015 prendeu-se com o reforço da rubrica de "Impostos e taxas" (40,4% do total contra 37,1% em 2014 e 34,7% em 2013), onde se incluem as verbas provenientes dos pagamentos das propinas pelos alunos, as quais tiveram, com já se referiu, uma evolução favorável face ao ano precedente.

Quadro 12 Proveitos e ganhos

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·								
Proveitos e ganhos	Ano 20	Ano 2015		Ano 2014		Ano 2013)12
Proveitos e garinos	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
Vendas e prestações de serviços	42.961,10	0,7	136.219,36	2,2	109.455,34	1,8	75971,54	1,4
Impostos e taxas	2.621.656,72	40,4	2.295.315,56	37,1	2.081.985,55	34,7	2196544,67	41,0
Transferências e subsídios correntes obtidos	3.796.240,16	58,5	3.728.160,13	60,3	3.784.157,89	63,1	3047214,30	56,8
Proveitos e ganhos financeiros	72,92	0,0	71,98	0,0	40,35	0,0	17,73	0,0
Proveitos e ganhos extraordinários	30.286,15	0,5	25.854,61	0,4	25.121,73	0,4	42428,78	0,8
Proveitos e ganhos totais	6.491.217,05	100,0	6185621,64	100,0	6.000.760,86	100,0	5362177,02	100,0

Fonte: Produção própria

Contudo, continuou a ser determinante na estrutura de proveitos e ganhos as verbas arrecadadas na rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos" (58,5% do total em 2015 conta 60,3% do total em 2014), onde pontifica claramente o montante decorrente das

transferências do Orçamento de Estado, as quais, repete-se, se destinam exclusivamente ao pagamento de despesas de pessoal.

Passando aos custos e perdas (Quadro 13), os dados contabilísticos existentes apontam para um total de 5.323.585,04 Euros no ano de 2015, o que ficou aquém dos proveitos totais obtidos em 18,0% (9,9% em 2014). Chama-se atenção para a inversão observada também para esta relação em relação aos anos de 2013 (os custos e perdas excederam em 0,9% os proveitos e ganhos) e de 2012 (superioridade de 5,7% também para os custos e perdas).

Quadro 13 Custos e perdas

Custos e perdas		Ano 2015		Ano 2014			
custos e perdas	Valor €	%	% (a)	Valor €	%	% (a)	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	78572,2	1,5	1,2	97.025,31	1,7	1,6	
Fornecimentos e serviços externos	391138,11	7,3	6,0	432.597,68	7,7	7,0	
Custos com o pessoal	4587559,68	86,2	70,7	4831533,57	85,7	78,1	
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	153076,6	2,9	2,4	121.733,08	2,2	2,0	
Amortizações do exercício	49435,56	0,9	0,8	75.951,80	1,3	1,2	
Provisões do exercício	24444,84	0,5	0,4	68.233,66	1,2	1,1	
Outros custos e perdas operacionais	7379,57	0,1	0,1	7.931,33	0,1	0,1	
Custos e perdas financeiras			0,0	129,59	0,1	0,0	
Custos e perdas extraordinárias	31978,48	0,6	0,5	1,66	0,0	0,0	
Custos e perdas totais	5323585,04	100,0	82,0	5635137,68	100,0	91,1	

⁽a) - Percentagem face aos proveitos totais

Fonte: Produção própria

Com efeito, o quadro anteriormente apresentado, mostra a estrutura de custos para o último biénio, além de incluir a relação percentual face aos proveitos totais. Como decorre da sua leitura, os "custos com pessoal" (86,2% do total no final de 2015) e os "fornecimentos e serviços externos" (7,3% do total no final de 2015) constituíram as rubricas determinantes no total.

Por outro lado, os "fornecimentos e serviços externos" voltaram a reduzir-se em 2015, apresentando uma redução de 38,3% face ao quantitativo observado em 2013. Saliente-se uma vez mais que esta diminuição em nada prejudicou o desenvolvimento das atividades correntes, cujo desempenho continua a ser bem valorizada pelos alunos e, consequentemente, pela atratividade que os seus curso continuam a patentear.

3.3.2. BALANÇO

A síntese das principais rubricas do Balanço surge devidamente refletida no Quadro 14, abaixo reproduzido. A estrutura encontra-se evidenciada em relação ao Ativo Total (100,0%), destacando-se desde já, o facto de em 2015, e pela primeira vez, o Ativo se ter superiorizado ao Passivo, num excedente de 38,2%. Trata-se de uma situação que evidencia o saneamento financeiro introduzido nas contas da Escola nos dois últimos anos e que alterou completamente o quadro financeiro da instituição.

Quadro 14 Rubricas do Balanço

Dubricas de Dalance	bricas do Balanço Ano 2015 Ano 2014 Valor € % Valor € %		Ano 201	.4	Ano 201	13	Ano 2012	
Rubricas do Baranço			Valor €	%	Valor €	%		
Ativo Imobilizado	191049,68	6,3	127304,58	6,1	159500,62	11,5	206784,93	12,7
Ativo circulante	2817999,53	93,7	1968463,11	93,9	1231277,55	88,5	1420418,59	87,3
Ativo Total	3009049,21	100,0	2095767,69	100,0	1390778,17	100,0	1627203,52	100,0
Passivo de Curto Prazo	1860986,47	61,8	2117074,05	101,0	1962568,49	141,1	2075975,50	127,6
Passivo de Médio e Longo Prazo		0,0		0,0		0,0		0,0
Passivo Total	1860986,47	61,8	2117074,05	101,0	1962568,49	141,1	2145147,07	131,8
Fundos Próprios	1148062,74	38,2	-21306,36	-1,0	-571790,32	-41,1	-517943,55	-31,8

Fonte: Produção própria

Os Fundos Próprios refletem a diferença entre o que a Escola tem e o que deve a terceiros em determinado momento. Ao longo do tempo, os Fundos Próprios são influenciados por vários fatores, como os resultados obtidos pela instituição, as reavaliações do imobilizado, entre outros, mas a sua expressão negativo deve ser entendida como um sinal de alerta que interessa inverter. Nesse sentido, os Fundos Próprios atingiram, em 2015, o valor já positivo de aproximadamente 1148, 1mil Euros, o que deve ser entendido como um sinal positivo que carece de sequência nos exercícios seguintes.

Passando à desagregação do Ativo, importa enfatizar que no final de 2015, a sua expressão líquida cifrava-se 3.009.049,21 Euros, como resultado da diferença entre o seu valor bruto de 5.827.360,23 Euros e o valor das amortizações acumuladas, no montante de 2.818.311,02 Euros (ver Quadro 15, na página seguinte).

Quadro 15 Balanço – Principais rubricas do Ativo

		•						
Ativo		Ano 2015		Ano 2014				
Auvo	Valores Brutos	Amort./Prov.	Ativo Líquido	Valores Brutos	Amort./Prov.	Ativo Líquido		
Imobilizado								
Imobilizações Incorpóreas								
Propriedade Industrial e outos direitos	198880,90	198880,90		198880,90	198880,90			
Imobilizações Corpóreas								
Equipamento e material básico	899672,60	824650,72	75021,88	877241,50	796490,11	80751,39		
Equipamento de transporte	36446,41	36446,41		36446,41	36446,41			
Equipamento administrativo	1404607,66	1288579,86	116027,80	1313851,31	1267298,12	46553,19		
Outras Imobilizações Corpóreas	47460,53	47460,53		47460,53	47460,53			
	2388187,20	2197137,52	191049,68	2274999,75	2147695,17	127304,58		
Circulante								
Existências	1889,44		1889,44					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo								
Dívidas de terceiros - curto prazo								
Clientes C/C				74008,95		74008,95		
Alunos C/C	1354519,23		1354519,23	1318698,69		1318698,69		
Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	422292,60	422292,60		397847,76	397847,76			
Outros devedores								
	1776811,83	422292,60	1354519,23	1790555,40	397847,76	1392707,64		
Conta no Tesouro	1352951,08		1352951,08					
Depósitos em Instituições Financeiras	59897,12		59897,12	553865,82		553865,82		
Caixa	3532,00		3532,00	3532,00		3532,00		
Acréscimos e Diferimentos								
Custos Diferidos	45210,66		45210,66	18357,65		18357,65		
Total do Ativo	5827360,23	2818311,02	3009049,21	4840191,52	2744423,83	2095767,69		

Para melhor visualização do peso das várias rubricas do ativo, chama-se a atenção para o Quadro 16, reproduzido na página seguinte, o qual contém o resumo da estrutura percentual, em 31/12, para os últimos dois anos.

Quadro 16 Desagregação do Ativo Líquido (%)

	2015	2014	2013	2012
Imobilizado	6,4	6,1	11,5	12,7
Imobilizações Incorpóreas	0,0	0,0	0,0	0,3
Propriedade Industrial e outos direitos	0,0	0,0	0,0	0,3
Imobilizações Corpóreas	6,3	6,1	11,5	12,4
Equipamento e material básico	2,4	3,9	7,7	6,7
Equipamento de transporte	0,0	0,0	0,0	0,0
Equipamento administrativo	3,9	2,2	3,8	5,7
Outras Imobilizações Corpóreas	0,0	0,0	0,0	0,0
Circulante	45,1	66,5	88,5	87,3
Existências	0,1	0,0	0,0	0,0
Clientes C/C	0,0	3,5	1,0	1,0
Alunos C/C	45,0	62,9	83,4	77,7
Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros devedores	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos em Instituições Financeiras (*)	47,1	26,6	3,1	7,6
Acréscimos e Diferimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
Custos Diferidos	1,5	0,8	1,0	1,0
Total do Ativo	100,0	100,0	100,0	100,0

^{(*) -} Inclui a Conta no Tesouro e o valor de Caixa.

Saliente-se que o Ativo Circulante representou 45,1% do total em 2015, o que proporcionou uma redução face aos 66,5% detetados no final de 2014. Em contrapartida, e como corolário do saldo orçamental registado, os depósitos em instituições financeiras subiram fortemente a sua incidência no total (47,1% contra 26,6% em 2014).

O valor das dívidas de alunos ascendeu a 1.354.519,23 Euros no final de 2015, revelando uma subida de 35.820,54 Euros face ao montante contabilizado no final de 2014 (1.318.698,69 Euros).

Clarifique-se, contudo, que este valor não é contraditório com os montantes atrás inclusos no Quadro 10 e que se reportavam às dívidas recuperadas até ao final do ano letivo 2014/15 no montante de 55,1 milhares de Euros. Com efeito, nesta rubrica do ativo ("Alunos, c/c"), consideram- se além do montante global das dívidas acumuladas até ao ano letivo 2014/15, as dívidas decorrentes do ano letivo 2015/16 e que deviam ter sido vencidas até 31/12/2015, mais os montantes das propinas ainda não vencidas em 2016 e respeitantes ao ano letivo em curso.

Entrando na análise do Passivo, começa-se por apresentar a sua estrutura através do Quadro 17:

Quadro 17
Balanço – Principais rubricas do Passivo

	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				_			
Passivo	Ano 20	Ano 2015		Ano 2014		Ano 2013		012
Passivo	Valor€	%	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
Fornecedores C/C							10246,01	0,5
Fornecedores de Imobilizado C/C								
Estado e Outros Entes Públicos	10,52*	0,0	2300*	0,1			58925,56	2,7
Outros credores								
							69171,57	3,2
Acéscimos e diferimentos								
Acéscimo de Custos	654810,18	35,2	643820,87	30,4	623182,01	31,8	697399,88	32,5
Proveitos Diferidos	1206165,77	64,8	1470953,18	69,5	1339386,48	68,2	1378575,62	64,3
	1860975,95	100,0	2114774,05	99,9	1962568,49	100,0	2075975,50	96,8
Total do Passivo	1860986,47	100,0	2117074,05	100,0	1962568,49	100,0	2145147,07	100,0

Fonte: Produção própria

Pode-se constatar que o passivo atingiu o quantitativo global de 1.860.986,47 Euros no final de 2015, o que originou uma redução de 12,1% em relação ao valor registado no final de 2014 (2.117.074,05 Euros).

Por outro lado, e tal como evidencia o quadro anterior, a ESHTE não possuía no final de 2015, tal como nos dois anos precedentes, qualquer dívida a terceiros com exigência de curto prazo, o que constitui um fato relevante em termos da própria imagem da instituição.

Na estrutura do Passivo releva-se igualmente a rubrica "Acréscimo de Custos", no montante de 654.810,18 Euros em 31/12/2015 (35,2% do total), e que se reporta sobretudo a encargos com remunerações a liquidar, tal como estabelece o POC-Educação.

Por outro lado, os Proveitos diferidos, no montante de 1.206.165,77 Euros em 31/12/2015, dizem respeito sobretudo ao diferimento do valor relativo a propinas para o ano letivo 2015/16, na proporção que respeita ao ano de 2016.

Embora revista um caráter secundário, procede-se seguidamente à apreciação de um conjunto de rácios que permitem aquilatar a situação em termos de rendibilidade, endividamento, autonomia financeira, solvabilidade e liquidez. Com efeito, a leitura dos indicadores económicos e financeiros, deve ter sempre em consideração que a ESHTE está integrada no sector público administrativo, o que condiciona a interpretação dos resultados, os quais podem refletir valores

menos comuns, mas que certamente encontrarão a sua explicação na ponderação das especificidades do próprio organismo enquanto instituição do ensino superior público.

Tendo presente sempre esta ressalva, selecionaram-se os indicadores que constam do Quadro 18 (incluído na página seguinte) e que se reportam aos últimos quatro anos.

Quadro 18 Indicadores económico-financeiros

	2015	2014	2013	2012	2011
Rácios de Rentabilidade					
Rentabilidade do volume de negócios	44%	23%	-2%	-13%	-23%
Rentabilidade do ativo total	41%	26%	-4%	-19%	-30%
Rácios de Endividamento					
Rácio de endividamento geral	62%	101%	141%	132%	112%
Rácios de endividamento de curto prazo	62%	101%	141%	132%	112%
Outros Rácios					
Rácio de Autonomia Financeira	38%	-1%	-41%	-32%	-12%
Rácio de Solvabilidade	62%	-1%	-29%	-24%	-10%
Rácio de Liquidez Geral	151%	93%	63%	66%	74%

Fonte: Produção própria

Como nota geral, saliente-se a melhoria evidenciada para todos os rácios de autonomia financeira, de solvabilidade e de endividamento geral em 2015, tomando como base de comparação os valores homólogos dos quatro anos anteriores.

No caso dos rácios de rentabilidade, observa-se que passaram nos últimos dois anos a ter uma expressão positiva, sendo evidente a subida detetada em 2015. Por outro lado, os rácios de endividamento deixam transparecer uma situação muito mais favorável, com os capitais alheios a representarem apenas 62% dos valores do total do ativo em 2015.

Finalmente, os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade revelaram, em 2015, valores que evidenciam o facto de a instituição ter passado a possuir ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamento final, enfatize-se a confirmação da inversão ocorrida na situação

económico-financeira da ESHTE a partir de 2014, o que vem dotar a Escola com um equilíbrio e

uma capacidade negocial diferente do passado.

Os resultados de 2015 demonstraram que a ESHTE tem condições para gerar resultados anuais

equilibrados, sendo essencial no futuro continuar com a implementação das medidas que

constam do Plano Estratégico de Médio Prazo (2014/17) e que integram o programa de

"Sustentabilidade económico-financeira".

A estabilidade económico-financeira da ESHTE reveste uma prioridade fundamental, não só para

garantir a atividade corrente da Escola, mas também para proporcionar a margem de segurança

que permita suportar a expansão e o desempenho nas outras áreas estratégicas definidas.

Por outro lado, o esforço de estabilização financeira tem sido acompanhado pela

implementação das recomendações constantes dos relatórios da IGEC e do Tribunal de Contas

ao nível dos procedimentos administrativos. Um exemplo do cumprimento das orientações

existentes prende-se com a redução significativa das aquisições através do Fundo de Maneio,

sendo evidente a contenção desde 2013, onde o total de pagamentos por esta via atingiu

51.248,71 Euros, para baixar sucessivamente para 6.771,70 Euros em 2014 e 5.018,58 Euros em

2015.

Refira-se que nos termos da legislação em vigor, as contas da ESHTE referentes ao ano de 2015

obtiveram a respetiva certificação legal por parte do Fiscal Único da Escola.

Estoril, em 5 de abril de 2016

O Presidente do Conselho de Gestão

(Raúl das Roucas Filipe)

31.